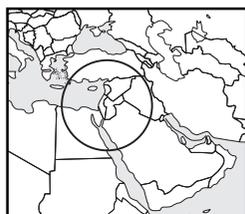


## Reocupação israelense provoca crise humanitária

IZZAT ABDUL-HADI

THOMAS WHITE



As forças de ocupação israelense tornaram a invadir os principais centros populacionais palestinos na Cisjordânia, menos Jericó, em fins de março de 2002. O exército israelense e colonos mataram 1.820 palestinos/as em mais de 22 meses de conflitos. Só nos primeiros sete meses de 2002, 886 foram mortos. Destes, 158 foram vítimas da política de Israel de assassinatos com alvos certos.<sup>1</sup> No momento, aproximadamente 1 milhão de palestinos vivem sob regime de toque de recolher, implementado pelo exército de Israel.

A Anistia Internacional relata que milhares de palestinos, na sua maioria homens jovens, têm sido colocados em campos de detenção do exército israelense, sujeitos a *"tratamento cruel, desumano ou degradante"*.<sup>2</sup>

A vida econômica na Cisjordânia e na Faixa de Gaza enfrenta severa recessão. As principais organizações internacionais têm fornecido alimentos à população palestina, que não pode sair para fazer compras, realizar colheitas ou empreender as atividades econômicas mais simples, por conta da presença de tanques israelenses nas suas ruas.

A invasão israelense destruiu muito da infra-estrutura da Autoridade Nacional Palestina, minando sua habilidade de exercer o poder nas áreas palestinas – como previsto nos Acordos de Oslo. A situação social vem se deteriorando dramaticamente desde janeiro de 2001. Até que sejam tomadas medidas que impeçam Israel de agredir a população palestina nos Territórios Ocupados, o declínio no desenvolvimento social palestino continuará.

A reocupação israelense de cidades da Cisjordânia leva-nos a perguntar sobre o futuro do autogoverno palestino.<sup>3</sup> Antes da invasão de março/abril, nos primeiros 18 meses de conflito, a destruição de infra-estrutura estava avaliada em US\$ 305 milhões. Mas durante aquela invasão de um mês, as forças israelenses infligiram danos adicionais no valor de US\$ 361 milhões. Nesse mesmo período, 498 palestinos/as foram mortos/as.

A invasão foi baseada na política de ocupação, formulada há 19 meses, na ocasião, autodefinida como de sítio. Divide a Cisjordânia e Gaza em 130 bolsões de terra e nega liberdade de movimento (de pessoas e de bens), tanto interna como entre Cisjordânia e Gaza, entre ambos e outros países, e entre a Cisjordânia e Jerusalém, o coração econômico da Palestina.

O coordenador oficial do Escritório local da ONU declarou que o bloqueio é:

*"uma forma de castigo coletivo para a população palestina [que] não pode ser sustentada baseada em considerações relativas à segurança."*<sup>4</sup>

A economia palestina está em severa recessão, conduzindo a aumentos massivos da pobreza. Entre o começo do conflito, em 2000, e agosto de 2002 (quando o artigo foi produzido), a pobreza total aumentou de 21%<sup>5</sup> para 84,6% na Faixa de Gaza e 57,8% na Cisjordânia.<sup>6</sup> O mais recente crescimento nos índices de pobreza foi extremamente elevado, da ordem de 50%, como

1 Estatísticas com o número de mortos palestinos estão disponíveis em várias fontes. Para um resumo veja [http://www.palestinemonitor.org/factsheet/Palestinian\\_killed\\_fact\\_sheet.htm](http://www.palestinemonitor.org/factsheet/Palestinian_killed_fact_sheet.htm).

2 A Anistia Internacional relata que mais de 8.500 palestinos foram colocados sob detenção administrativa arbitrária entre 27 de fevereiro e 20 de maio de 2002. Seu relatório, de 23 de maio, afirma "Quase todos os detentos que foram soltos relataram que foram submetidos a tratamento cruel, desumano ou degradante. Durante ambos os períodos de incursão (março e abril), no momento da prisão, palestinos tiveram seus olhos vendados e foram algemados firmemente com algemas de plástico; a maioria foi forçada a agachar ou ajoelhar por longos períodos, muitos contaram à Anistia Internacional que não lhes foi dada permissão para ir ao banheiro, não receberam comida ou cobertores, durante pelo menos as primeiras 24 horas de prisão. Aqueles a quem não foi permitido ir ao banheiro foram forçados a, eventualmente, se aliviar no próprio local onde estavam sentados, com suas mãos algemadas nas costas". Ver: <http://web.amnesty.org/ai.nsf/Index/MD6150742002?OpenDocument&of=COUNTRIES\ISRAEL/OCCUPIED+TERRITORIES>

3 Há no momento um debate entre aquelas pessoas do *establishment* político e militar de Israel sobre a utilidade de reimplantar a administração do período civil pré-Oslo nas áreas recentemente ocupadas. O que significaria reocupação permanente.

4 A 4ª Convenção de Genebra, no seu art. 33, proíbe castigos coletivos: "Penalidades coletivas, assim como todas as medidas de intimidação ou terrorismo são proibidas".

5 "Fifteen Months – Intifada, Closures and Palestinian Economic Crisis". World Bank, março de 2002, p. 34.

6 Pobreza sendo definida como viver com menos de US\$ 2 por dia. Palestinian Central Bureau of Statistics, "Impact of the Israeli Measures on the Economic Conditions of Palestinian Households on the Eve of Israeli Incursions (4th Round: January-February, 2002)", abril de 2002, p. 5. Veja: [www.pcbs.org](http://www.pcbs.org).

indicam os números atuais comparados com aqueles do Banco Mundial antes da invasão.<sup>7</sup>

O Produto Interno Bruto (PIB) real palestino recuou 12% em 2001 e 19% desde setembro de 2000.<sup>8</sup> Uma pesquisa de rendas domiciliar da Agência Central Palestina de Estatísticas, em janeiro e fevereiro de 2002, indicou que 56,6% dos domicílios palestinos informaram perdas de renda de mais de 50% desde o início do levante.<sup>9</sup>

A invasão israelense e o cerco configuraram uma crise nos serviços de saúde na Cisjordânia e em Gaza. Em agosto de 2002, uma avaliação nutricional – promovida pela Usaid e realizada pela Universidade Johns Hopkins – encontrou 13,2% de crianças palestinas na Cisjordânia e em Gaza em situação emergencial de desnutrição crônica e 20% sofrendo de anemia, de moderada a severa.<sup>10</sup>

Os toques de recolher e as barreiras israelenses reduzem o acesso palestino a fontes de água seguras. De acordo com outro estudo da Usaid, 30% das casas palestinas têm pelo menos um caso de diarreia.<sup>11</sup> Nas áreas rurais, 73% da população palestina sofre de completa privação de tratamento médico por dificuldades em se deslocar até os locais com serviços médicos.<sup>12</sup> O Ministério da Saúde palestino relata que, por causa de invasões israelenses e das políticas econômicas, hospitais e outras instalações estão funcionando só com 30% da capacidade total.<sup>13</sup>

Em 2001, 62,5% das casas em Gaza informaram problemas no acesso a cuidados médicos porque *“enfrentaram problemas devido às barreiras israelenses”*.<sup>14</sup> As condições de saúde dos/as palestinos/as vêm piorando pelo sofrimento físico de pacientes transportados/as para hospitais em veículos forçados a transitar por estradas secundárias, em más condições, pelo aumento dos custos do transporte médico, pelo maior tempo gasto para que as pessoas doentes cheguem aos locais de tratamento, e pela má administração dos postos de fiscalização do exército israelense.<sup>15</sup>

Em 11 de novembro de 2001, a Sociedade Crescente Vermelho palestina relatou 274 exemplos nos quais foi negado o acesso de suas ambulâncias a áreas palestinas e foram disparados 163 tiros de artilharia israelense contra sua frota de 85 ambulâncias. Hospitais têm estado sob fogo israelense<sup>16</sup> e suprimentos médicos são escassos e seu acesso é freqüentemente negado pelos postos de fiscalização israelenses. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha declarou que:

*“há incidentes onde ajuda médica vital foi negada, ou atrasada, causando, assim, sério agravamento de condições médicas individuais.”*<sup>17</sup>

Pelo menos 43 palestinos morreram como resultado de complicações enfrentadas nos postos de fiscalização israelense.<sup>18</sup>

### Em perigo

A ocupação israelense coloca severos obstáculos ao acesso da população palestina à educação. Segundo o Ministério de Educação palestino, 850 escolas foram fechadas como resultado da invasão israelense, oito das quais foram transformadas em instalações do exército israelense.<sup>19</sup> Desde setembro de 2001, os bombardeios danificaram mais de 400 escolas palestinas, 22% das escolas primárias e secundárias na Cisjordânia e Gaza.<sup>20</sup> Onze escolas foram completamente destruídas.

O Ministério de Educação foi atacado por forças israelenses em abril de 2002.<sup>21</sup> Mais de 542 mil estudantes tiveram negado o acesso às escolas em 2001.<sup>22</sup> A maioria dos/as estudantes na Cisjordânia não pode freqüentar escolas desde março de 2002. Durante a invasão de março/abril, uma média de 54.730 sessões de ensino foram perdidas diariamente. Até maio de 2002, 168 estudantes haviam sido mortos/as e, pelo menos, 2.317 foram feridos/as.<sup>23</sup> Um estudo de novembro de 2001 do Centro de Bisan para Pesquisa e Desenvolvimento reporta:

*“toda juventude palestina está sujeita aos cercos que restringem o movimento de professores, estudantes e administradores, como também a distribuição de materiais de ensino, independentemente da sua posição social ou localização física”*.<sup>24</sup>

7 “Fifteen Months – Intifada, Closures and Palestinian Economic Crisis”. World Bank, março de 2002, p. 34

8 World Bank, p.iv.

9 “Impact of the Israeli Measures on the Economic Conditions of Palestinian Households on the Eve of Israeli Incursion (4th Round: January-February, 2002)”. Palestinian Central Bureau of Statistics, abril de 2002, p. 5. Veja: [www.pcbs.org](http://www.pcbs.org).

10 “Preliminary Findings of the Nutritional Assessment and Sentinel Surveillance System for West Bank and Gaza” de 5/8/2002, Johns Hopkins University *et. Alii* Disponível em: [www.usaid.gov](http://www.usaid.gov).

11 Citado em The Palestinian Initiative for the Promotion of Global Dialogue & Democracy: Miftah, “Palestinian Humanitarian Disaster” de 10/7/2002. Veja: [www.miftah.org](http://www.miftah.org).

12 “Healthcare Crisis in Palestine: Press Conference Summary” de 4/5/2002. Palestine Media Center. Veja: [www.palestinemonitor.org](http://www.palestinemonitor.org).

13 Miftah *op.cit.*

14 “Impact of the Israeli Measures on the Economic Conditions of Palestinian Households (3rd Round: July-August, 2001)”. Palestinian Central Bureau of Statistics, p. 5, 2001. Disponível em: <http://www.pcbs.org>.

15 “No Way Out: Medical Implications of Israel’s Siege Policy”. B’Tselem: the Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories, B’Tselem: Jerusalem, junho de 2001.

16 “Healthcare Under Siege II: The Health Situation of Palestinians During the First 4 months of the Intifada (September 28th, 2000-January 28th, 2001)”. Union of Palestinian Medical Relief Committees (UPMRC), p. 12. Veja: [www.upmrc.org](http://www.upmrc.org).

17 ICRC press release de 26/2/2001.

18 “Attacks and restrictions on medical personnel and the right to health care”, agosto de 2002. Palestinian Center for Human Rights. Veja: [www.pchrgaza.org](http://www.pchrgaza.org).

19 Ministry of Education. A informação se refere somente a escolas do ministério, relatado em 17/1/2002.

20 “One Year of Intifada – The Palestinian Economy in Crisis”. World Bank Draft Report de novembro de 2001, p. 48.

21 Para uma lista dos danos veja: [www.palestine-pmc.com/statments/2002/may/stat-1-5-02.html](http://www.palestine-pmc.com/statments/2002/may/stat-1-5-02.html)

22 Palestinian Central Bureau of Statistics. Veja: [www.pcbs.org](http://www.pcbs.org).

23 “Statistics of the Israeli Aggression on the Palestinian People”. Palestinian Authority Information Service de 30/6/2002.

24 “Draft Youth Issues Policy Paper: Ramallah-Al-Bireh District”, submetido a Tamkeen: Civil Society and Democracy Strengthening Project: Ramallah, novembro de 2001. Bisan Center for Research and Development.

Os impactos da invasão e cerco israelense são especialmente difíceis para as crianças palestinas. Um recente relatório da Defense for Children International afirma que:

*“funcionários estatais israelenses habitualmente submetem as crianças palestinas (menores de 18 anos) a castigos ou a torturas e outros tratamentos cruéis, desumanos, ou degradantes”.*<sup>25</sup>

Mais de 400 das pessoas palestinas mortas pelo exército israelense e colonos, desde setembro de 2000, tinham menos de 18 anos. Em um ataque chocante, no dia 24 de abril de 2002, a força aérea israelense jogou bomba de uma tonelada em um bairro residencial de Gaza, fortemente povoado, matando 18 pessoas, sendo 11 crianças. Somente no campo de refugiados de Jenin, mais de 2 mil crianças ficaram sem lar pela destruição de mais de 700 casas no acampamento durante a invasão de março/abril.<sup>26</sup> Segundo o Programa Comunitário de Saúde Mental de Gaza, muitas crianças palestinas sofrem de stress pós-traumático, apresentando sintomas como isolamento, dores de estômago, incontinência urinária, agressão, distúrbios do sono e alimentares e dores de cabeça.<sup>27</sup>

As mulheres também sofrem, desproporcionalmente, o impacto dos prolongados toques de recolher e cercos. Como resultado do desemprego crescente e falta de acesso dos trabalhadores ao mercado de trabalho israelense, o peso da produção econômica e do apoio à família recaiu nos ombros das mulheres. A combinação de normas patriarcais tradicionais com a ausência geral de homens palestinos – seja devido ao trabalho ultramar, à prisão ou ao desemprego – leva as mulheres a sofrerem com a pobreza e a responsabilidade com a casa.<sup>28</sup> Elas sofrem a dupla dor do trauma somado à preocupação com as crianças e ao aumento da violência doméstica como resultado da exposição aos ataques israelenses dos maridos e outros membros da família.<sup>29</sup>

## Driblando a crise

Israel fez tudo em seu poder para minar a habilidade da Autoridade Nacional Palestina (ANP) de agir. Tanto que um recente relatório do Banco Mundial considera o completo colapso da ANP como provável cenário para 2002-2003.<sup>30</sup> Israel tem reocupado a maioria da Cisjordânia. Além da extensiva destruição de infraestrutura, a perda de renda, devido ao confisco israelense do imposto de renda, foi em média de US\$ 20 milhões por mês, desde abril de 2001. A Autoridade Palestina perdeu 76% de suas rendas entre o fim de 2000 e o início de 2001.<sup>31</sup>

Dada a crise de recursos e a destruição de infra-estrutura e da capacidade de atuação da ANP, suas respostas aos ataques israelenses em termos de desenvolvimento social, em 2001, foram louváveis. Em novembro de 2001, o Banco Mundial declarou:

*“face às não invejáveis alternativas, a resposta em termos de administração fiscal geral da Autoridade Palestina foi razoável”.*

Na área da Saúde, o Ministério respondeu às dificuldades financeiras por parte de pacientes reduzindo ou renunciando à cobrança de taxas. Devido à falta de mobilidade, o Ministério implementou uma estratégia de *descentralização*, ampliando a autoridade de clínicas de saúde locais. Além disso, trabalhou para aumentar o financiamento médico através de clínicas da ANP e clínicas mantidas por ONGs.

Estratégias empregadas pelo Ministério para confrontar a crise de saúde incluíram a compra de drogas a crédito de fornecedores locais, coordenação de esforços médicos com ONGs nacionais e internacionais, promoção de assistência médica domiciliar e o desenvolvimento de equipes de saúde móveis. Em muitos casos, a área de assistência médica foi sustentada por esforços internacionais.

O Ministério da Educação trabalhou para sustentar o setor, já tão castigado. No início de 2001, desenvolveu um Comitê para Emergências junto com um Plano de Emergência para desembolsar US\$ 13 milhões e cobrir custos operacionais. Assim reabilitou escolas, serviços de aconselhamento e educação emergencial, de primeiros-socorros e equipamento contra incêndios para as escolas. Além disso, o Ministério trabalhou junto com as municipalidades e UNRWA para descentralizar a administração escolar e reorganizar estudantes e professores/as por distritos em função dos cercos. Em resposta à capacidade das escolas de cobrir custos, muitos professores/as estão trabalhando, agora, com salários reduzidos para manter as escolas abertas, onde isso é possível.

25 “Israeli Practice Towards Palestinian Children, In Violation of the UN Convention on Torture and Other Cruel, Inhuman, or Degrading Treatment or Punishment (1984)”. Relatório submetido ao Comitê contra a Tortura da ONU de 8/5/2002. Defense for Children International/ Palestine Section. Para o relatório completo: <http://www.dci-pal.org/english/index.htm>

26 “Siege on Palestine: the Effects of the Israeli Siege on Palestinian Children’s Rights”. The Palestinian Child Rights Coalition, maio de 2002. Veja: <http://www.dci-pal.org/english/reports/factsiege1.html>.

27 Fecci, J. “The Al-Aqsa Intifada: The Unseen Consequences of Violence on Palestinian Women and Children”. Washington Report on Middle East Affairs de fevereiro de 2001. Veja: <http://www.washington-report.org/backissues/010201/0101009.html>.

28 Giacaman *et alii* “For the Common Good?: Gender and Social Citizenship in Palestine”. In: S. Joseph and S. Slyomovics eds. “Women and Power in the Middle East”, University of Pennsylvania Press: Philadelphia, 2001, p. 129.

29 Fecci, J., *op.cit.*

30 “Fifteen Months – Intifada, Closures and Palestinian Economic Crisis”, março, 2002, p. 83. World Bank.

31 “One Year of Intifada- The Palestinian Economy in Crisis”. World Bank Draft Report de novembro de 2001, p. 25.

A resposta cotidiana da população palestina para a crise também foi notável. Um estudo da Universidade de Birzeit indica que mais de 80% dos domicílios utilizaram a redução de despesas como um dos meios para lidar com a crise econômica.<sup>32</sup> Mais de metade da população atrasou ou refinanciou os pagamentos de dívidas e passivos.<sup>33</sup> Outras estratégias familiares incluíram redução do consumo, intensificação da produção doméstica, venda de ativos e a tomada de empréstimos para cobrir gastos e o refinanciamento de dívidas anteriores.<sup>34</sup> Outras reações à crise incluem uma reintrodução da produção agrícola para melhorar os estoques de alimentos e o envio de parentes para trabalhar no exterior e remeter recursos para a família.<sup>35</sup>

O desenvolvimento social está em crise nos territórios palestinos. Com a refocalização da atenção mundial no terrorismo, depois dos ataques de 11 de setembro, a ANP tem estado sob crescente pressão global para refrear os militantes palestinos.

Ainda diante da pressão, a ANP e povo palestino sofreram a invasão militar israelense e o massacre econômico durante quase dois anos.

A promoção do desenvolvimento social na Palestina requer ação por parte dos que sobre ele produzem o mais significativo impacto. As ações israelenses, desde o início de 2001, ilustram claramente o poder de Israel para determinar e destruir o desenvolvimento social na Palestina.

Para acalmar a corrente crise no desenvolvimento social, a comunidade internacional deve reconhecer a violência estatal israelense contra a população civil palestina. Medidas imediatas requerem a retirada de tropas e blindados israelenses das cidades palestinas na Cisjordânia. Medidas de médio prazo devem incluir o desenvolvimento de uma força internacional de proteção para os/as palestinos/as nos territórios ocupados. A concretização de um estado viável, próspero e soberano nos territórios ocupados é fundamental para melhorar o desenvolvimento social na Palestina. ■

Bisan Center para Pesquisa e Desenvolvimento  
Ramallah – Palestina  
Tradução: Fernanda L. Carvalho, pesquisadora do Ibase.

---

32 Birzeit University, "Public Opinion Poll 3", fevereiro de 2001.

33 Survey, julho de 2001. Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS).  
Veja: [www.pcbs.org](http://www.pcbs.org).

34 "Report on the Palestinian Economy", primavera de 2001, p. 29. UNSCO.

35 "One Year of Intifada - The Palestinian Economy in Crisis" World Bank Draft Report, novembro de 2001, p.40.